

CARACTERIZAÇÃO DO JULGAMENTO MORAL NOS MILITARES DA MARINHA DO BRASIL: UM ESTUDO AVALIATIVO

THE CHARACTERIZATION OF THE MORAL JUDGEMENT AMONG THE OFFICERS OF THE BRAZILIAN NAVY: AN EVALUATIVE STUDY

Gerson Silva de Andrade¹
Márcia Simão Linhares Barreto²

Resumo: Considerando a importância dos fatores que predominam na formação do indivíduo e que nele perduram durante toda a sua existência e eclodem em situações de interação, o presente estudo teve como objetivo geral verificar o nível de julgamento moral em militares da Marinha do Brasil nos últimos trinta anos. A amostra foi composta de 83 militares da Escola de Guerra Naval (EGN), de postos diferenciados (Oficiais, Suboficiais, Sargentos, Cabos e Marinheiros), com faixa etária entre 22 e 56 anos, de ambos os sexos. Desta forma, ressaltou-se a importância da análise dos dilemas morais no desenvolvimento sócio-cognitivo dos sujeitos. O instrumento utilizado foi a Medida Objetiva de Reflexão Sócio-Moral (SROM), de Gibbs (1984) adaptado para o português e população brasileira por Biaggio (1989). O coeficiente de variação do pós-teste apresentou uma resultante entre postos (Marinheiro = $3,8 \pm 0,40$) e o posto intermediário (Cabo = $3,6 \pm 0,60$) em relação aos demais (Oficiais Superiores = $3,5 \pm 0,57$, Oficiais Subalternos = $3,5 \pm 0,44$, Suboficial = $3,4 \pm 0,77$, Sargentos = $3,6 \pm 0,40$), permitindo constatar mínima diferença significativa. Entretanto, os oficiais não chegaram a atingir o nível pós-convencional, conforme se previa inicialmente.

Palavras-chaves: julgamento moral; dilemas; militares; Marinha do Brasil.

Abstract: Considering the importance of the predominant factors in the individual's formation that last throughout all his life and show up in situations of interaction, the present study aimed at verifying the level of moral judgement amongst the Brazilian Navy officers during the last thirty years. The sample was composed of 83 officers from the EGN (Navy War School), of different positions (officers, sub-officers, sergeants, lieutenants and sailors), between the age of 22 and 56, both men and women. Thus, it was detected the importance of the analysis of the moral dilemmas in the social and cognitive development of the individuals. The instrument used for this research was the SROM (objective measure of social and cognitive reflection) developed by Gibbs (1984) adapted to Portuguese and for the Brazilian population by Biaggio (1989). The varying coefficient of the post-test demonstrated a result among the positions (sailors = $3,8 + 0,40$) and the intermediate

¹ Graduado em Psicologia pela Universidade Gama Filho, especialização em Pedagogia Empresarial pela Universidade Gama Filho e Mestre em Psicologia pela Universidade Salgado de Oliveira.

² Pós-Doutora em Psicologia pela UFRGS, Doutora em Educação pela UFRGS, Professora Titular do Mestrado em Psicologia pela UNIVERSO. E-mail: marciasimaob@yahoo.com.br

Artigo recebido em novembro de 2010; aprovado em abril de 2011.

position (**lieutenants** = 3,6 + 0,60) in relation to the others (Officers = 3,5 + 0,57, **sub-officers**, = 3,5 + 0,44, Sub-official = 3,4 + 0,77, Sergeants = 3,6 + 0,40) demonstrating minimum significant differences. However, the Officers did not reach the post-conventional level, as it was initially expected.

Keyword: moral judgement; dilemmas; militaries; Brazilian Navy.

INTRODUÇÃO

É comum na vida diária, em qualquer situação envolvendo interação, que haja injustiça causadora de dano material ou emocional muitas vezes irreversíveis e latentes. A injustiça pode decorrer de um erro humano voluntário ou involuntário e sua definição é mais acentuada quando fere o indivíduo em si e quando este confere que há alguma coisa que não está de acordo com o sistema social.

Com uma variedade de pessoas, seus comportamentos individuais e de origem educacional diversificados, interagindo dentro de um Sistema Social que detém códigos de comportamentos pré-estabelecidos para o bem viver, é possível e quase certo que em algumas circunstâncias interacionais as normas estabelecidas não sejam seguidas à risca por alguns, proporcionando a discórdia e gerando a injustiça.

Como regra geral, as informações colhidas no decorrer do desenvolvimento emocional da pessoa, envolvendo tipo de educação, influência familiar e de modelos na formação da personalidade e do caráter é que vão ditar a conduta do indivíduo quando este estiver pronto para frequentar a sociedade externa ao seio familiar.

Tal comportamento também é comum dentro da Instituição militar que ostenta a beleza da farda e da hierarquia, mas tem em sua tripulação o “conflito emocional” tão comum, pois é composta por pessoas capazes de erros voluntários ou involuntários como qualquer ser humano “normal” na sociedade em geral.

Considerando essa Instituição como base da pesquisa, constatou-se que a conduta dos superiores tinha um peso muito grande no futuro profissional de militares que demonstravam uma perspectiva promissora, mas esbarravam com a avaliação de seus chefes. Em muitas situações não é avaliada a capacidade de desenvolvimento profissional, mas sim a valorização da hierarquia incidida sobre a resposta comportamental do militar subalterno acerca das regras hierárquicas da Instituição onde a iniciativa individual é vetada pela necessidade de permissão. Portanto, um julgamento moral que tem a hierarquia como referência, apresenta maior inserção na fase do domínio moral convencional, ou seja, anda em torno das

convenções sociais que “coordenam as interações do indivíduo dentro dos sistemas sociais” (Turiel, 1983, p.34).

A aquisição e a modificação do pensamento moral e da ação moral estão, como qualquer outro fenômeno psicológico, dependentes de determinadas contingências de reforço, embora no entender de alguns dos seus mais legítimos representantes “seja fácil perder de vista o papel de tais contingências” (Skinner, 1971, p.107). Aceita-se que a maior ou menor maturidade moral da pessoa reflete, em última análise, os padrões morais que são valorizados pela **sociedade** em que ela vive (Burton, 1976), pela influência de **modelos** importantes, como são os pais e os companheiros (Bandura, 1977), ou de determinadas **práticas educativa** e de socialização. Na função de liderança o indivíduo recebeu a mensagem de mando e esta mensagem aliada à formação do seu caráter pode funcionar como um fator contra os comandados.

Este estudo não teve a intenção de caracterizar ou fazer menção da existência de fatores negativos ou positivos do julgamento moral, mas sim acentuar as escolhas dos modelos mencionados por Albert Bandura (1979) no decorrer do desenvolvimento moral do indivíduo.

Um segundo objetivo aqui é o de clarificar que este tipo de comportamento é possível de ocorrer em qualquer lugar em que haja interação, independente do número de pessoas contidas em um grupo, e que os fatores determinantes para a empatia pelo próximo, facilitando uma convivência harmoniosa, são dificultados pelo tipo de reforços recebidos na formação do líder (quando há um) no processo interacional.

Na intenção de verificar o nível de Julgamento Moral que envolve os fatores mencionados, 83 militares da Marinha do Brasil, mais especificamente na Escola de Guerra Naval (EGN), na Urca, no Estado do Rio de Janeiro, foram tomados como amostra. Em sua distribuição coube nove Oficiais Superiores, sete Oficiais Subalternos, quatro Suboficiais, quarenta e um Sargentos, quatorze Cabos e oito Marinheiros. A aplicação do questionário de Avaliação (SROM) Measure Objective Sócio-Moral de Ângela Biaggio, foi o método de avaliação utilizado.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Falar em moralidade é, antes de mais, falar no respeito por certas normas e princípios. De fato, uma das características fundamentais da moralidade é ser de natureza **prescritiva e normativa**, embora as transgressões morais, ao invés das jurídicas, levem mais a sanções internas e de consciência do que a castigos externos e públicos (Piaget, 1965a). Para Kohlberg

(1984), a essência da moralidade reside mais no **sentido de justiça** do que propriamente no respeito pelas normas sociais ou mesmo morais. Portanto, a moralidade tem mais a ver com considerações de igualdade, equidade, contratos sociais e reciprocidade nas relações humanas, e menos a ver com o cumprimento ou violação de certas normas sociais ou até morais.

Eleger uma entre várias possibilidades de ação está incluído em uma atitude ética. O indivíduo faz a escolha baseado em uma preferência, porque se apresenta como uma atitude mais digna, mais elevada moralmente ou mais valiosa. Os níveis de desenvolvimento desse ponto de vista sócio-moral possibilitam uma organização geral do julgamento moral, informam e unem outros conceitos morais mais específicos, como a natureza do moralmente certo ou bom, reciprocidade moral, regras, direitos, obrigações ou deveres, equidade, consequências do bem-estar e valores morais como a obediência à autoridade, a preservação da vida, a manutenção de contratos e de relações afetivas (Colby & Kohlberg, 1984).

JULGAMENTO MORAL E ABORDAGENS COGNITIVAS

Jean Piaget (1977) e Lawrence Kohlberg (1981) são os teóricos que mais se destacam na representação das abordagens acerca do cognitivismo no desenvolvimento moral, valorizando os aspectos emocionais ou aprendizado por associação, mas dando destaque para a cognição ou pensamento, gerando o conceito de julgamento moral acerca de como raciocinamos sobre as questões morais que resulta em nossas determinações acerca de como devemos agir ou ser.

Essa conduta não é salientada na forma de emoções primitivas assistida na nossa psique nem na simples consequência de alguma dose de associações ou junções construídas entre respostas comportamentais consequentes de pessoas em determinado ambiente e a resposta do comportamento, gerando reforço ou punição concernente às teorias behavioristas ou de estímulo-resposta. O cognitivismo reforça ainda, no campo da moralidade, a compreensão ou o pensamento acerca das regras, leis e princípios de ordem superior conforme os apontamentos de Arbutnot e Faust (1981, p. 26/27).

Um segundo enfoque faz menção à distinção entre a estrutura do raciocínio moral e de seu conteúdo na qual, de acordo com o problema, esse conteúdo torna-se variável e que cada indivíduo reage diferentemente de acordo com a sua estrutura de raciocínio que determina como as informações relevantes são processadas. Esta constância pertence a estágios de desenvolvimento em sua forma específica e mais um aspecto que sofre ênfase da abordagem cognitivista, na qual os avanços qualitativos em suas sequências não variantes decorrem do desenvolvimento de habilidades do pensamento de acordo com os estágios de integração

hierárquica. Assim, cada estágio precedente é resultante do amadurecimento das estruturas do estágio anterior. Reconhecendo que formas de equilíbrio são as características do pensamento e da moral, pode-se afirmar que ambos são interativos devido às formas de absorção de discrepâncias ou conflitos entre os esquemas de ação da criança e as ações dos outros. O Interacionismo, neste caso, ocorre devido à estimulação oriunda de seu ambiente físico e social e da maneira de pensar da criança a partir do produto do desenvolvimento do pensamento.

OS FUNDAMENTOS DO JULGAMENTO MORAL DE PIAGET

Jean Piaget (1932) se utilizou de crianças aplicando-lhes dilemas (situações-estímulo) para sua análise do desenvolvimento do julgamento moral. Independente do comportamento moral ou sentimentos, apoiado em conceitos acerca do desenvolvimento de regras na infância constante em sua obra de 1932: *O julgamento Moral da Criança*.

Com os resultados, ele pôde concluir que o julgamento moral na criança concorre para dois fatores diferenciados: quando se encontra em um estágio inicial denominado de moralidade objetiva ou realismo moral, a criança julga suas ações em termos de consequências, caracterizando o egocentrismo (4-7 anos), que cognitivamente compreende o não conhecimento nem o acato, mas a credibilidade de regras estabelecidas pelos adultos, configurando a heteronomia da moralidade.

Na sequência caracterizada como um segundo estágio, a criança na faixa etária de 7 a 10 anos apresenta um ponto de vista mais amplo em relação a um objeto ou evento, e seus atos determinam o julgamento de suas intenções, devido sua orientação para o grupo de colegas, causando a abreviação das influências familiares e o aumento na orientação cooperativa, solicitando uma queda no egocentrismo e um crescimento no ponto de vista de outras pessoas. Essa fase, caracterizada por cooperação incipiente, tem por pressuposição o estabelecimento de relações de simpatia e mútuo respeito, cuja reciprocidade e o relativismo das regras configuram as bases dessa nova etapa da moralidade denominada autônoma.

Piaget (1977) adiciona, ainda, uma fase intersecção, sugerindo a internalização generalizada das regras e comando, devido a mera desobediência aos comandos advindos dos adultos, pois esta já domina as mesmas (regras) e tornam competidoras.

Três fases distintas envolvem a aquisição de noções de justiça, a consideração em relação os aspectos de justiça retributiva ou a idéia de prêmio pelos atos praticados, a justiça distributiva ou a idéia de divisão das respostas quando existe o envolvimento de muitas pessoas.

Considerando esta fase como inicial, em relação à moralidade objetiva, a punição expiatória é característica da justiça retributiva, isto é, se maior for o dano e a punição, maior será o erro. O comportamento guiado por comandos de restrições adultas externas e autoritárias é caracterizado por moralidade de restrição e a acentuada justiça imanente que é a credibilidade de que a punição por um ato negativo decorrerá da situação ou de elementos envolvidos na mesma. Dentro deste espaço, a justiça distributiva está relacionada às regras de respeito à autoridade reguladora do processo.

OS FUNDAMENTOS DO JULGAMENTO MORAL DE KOHLBERG

Para Lawrence Kohlberg (1981), a distribuição de direitos e deveres regulados por conceitos de igualdade e reciprocidade é a essência da moralidade como princípio de justiça. Ele discorda de pontos relacionados ao conceito de relatividade cultural dos valores morais e concorda, por proposição, com os valores universais básicos decorrentes do interior do indivíduo na proporção em que absorve sua experiência social, sem a dependência do contexto social a qual pertence, já que o ambiente produz diretamente apenas crenças específicas diferenciadas e que crescem em direção à maturidade moral, contendo os mesmos passos, onde os diferentes níveis de maturidade do pensamento sobre conceitos e aspectos sociais e morais básicos resultam das diferenças em valores básicos.

Kohlberg (1981) segue a orientação teórica de Piaget (1977) em seus trabalhos relativos ao desenvolvimento moral. Formulou seus conceitos teóricos em relação ao curso de desenvolvimento moral baseado nos resultados iniciais do desenvolvimento do raciocínio moral em pré-adolescentes, elaborando, a partir desses resultados e dos dilemas hipotéticos baseados nos preceitos filosóficos, uma tipologia de estágios definidos e universais. Em seguimento, estes estudos foram disseminados em termos “trans-culturais” onde a confirmação das mesmas tendências evolutivas receberia o reforço de vários outros teóricos.

A intersecção entre as abordagens de Piaget (1977) e Kohlberg (1981) em relação ao desenvolvimento moral mais específica e estruturada, é que os dados do segundo teórico demonstram que há uma extensão do período do desenvolvimento além da faixa etária estudada por Piaget (1932), sugerindo-se a completa maturidade do indivíduo por volta ou além dos vinte anos de idade e que os estágios superiores de desenvolvimento não são alcançados por todos os indivíduos.

Para Kohlberg (1981), existem três níveis básicos de raciocínio acerca dos aspectos morais, que são pré-convencional, convencional e pós-convencional, subdivididos em dois estágios cada um, totalizando seis estágios de desenvolvimento. Cada estágio do julgamento

moral faz distinção a elementos referentes à problemática social e aos fatores voltados à conduta de tomadas de decisões.

- **Nível I – Julgamento Moral Pré-convencional:**

1. Estágio da Moralidade Heterônoma:

O “certo” é definido como obediência cega às regras e à autoridade, evitando o castigo e o dano físico às pessoas e à propriedade.

Os maus eventos decorrentes dos maus atos ou pessoas (punição) acentuados no pensamento infantil e que não definem “justiça” como intercâmbios igualitários recíprocos entre indivíduos distintos provocam falhas nas provas de Piaget (1977) sobre a reciprocidade ou reversibilidade. Este fato é apontado por Kohlberg (1981) no primeiro estágio.

2. Estágio do Individualismo:

A conservação da igualdade concreta de intercâmbios e a satisfação de necessidades definem o “certo”. A perspectiva social é concreta e individualista, reconhecendo que todos têm seus próprios interesses e podem a qualquer momento entrar em conflito de forma a comprometer o “certo” colocando numa posição relativista.

- **Nível II – O Julgamento Moral Convencional**

3. Estágio de Conformidade às Expectativas e Relações Interpessoais

A necessidade de ser “uma pessoa boa” tanto para si quanto para os outros promove a definição do “certo”.

4. Estágio de Sistema Social e da Consciência:

O cumprimento do dever em função da ordem e do bem estar social define, nesta instância, o “certo”.

- **Nível III – O Julgamento Moral Pós-Convencional**

5. Estágio do Contrato Social ou da Utilidade e os Direitos do Indivíduo:

A construção de uma abordagem “racional” para a construção de leis ou regras dentro de uma perspectiva que discerne de forma clara e concisa a perspectiva que mantém o estágio anterior é o que compõe o centro de desenvolvimento deste estágio.

6. Estágio dos princípios Éticos Universais

As decisões da consciência abrangendo os princípios éticos e abstratos escolhidos pelo indivíduo quando este compreende a lógica, consistência e universalidade, são fatores que define o “certo.”

O MÉTODO DE KOHLBERG

Construído em 1958, seu método de avaliação foi redefinido em formulações posteriores diversas. O método propõe a reação aos dilemas morais hipotéticos, indicando os atos que deveriam ser executados e justificando o seu direcionamento de ação. São, por um lado, diretamente ligados aos conflitos de ação por obediência as regras legais e sociais ou a comandos de autoridade educacionais e de outro lado à preocupação com as necessidades humanas e o bem estar do outro. Os dilemas objetivam avaliar o raciocínio sobre os diversos aspectos morais, tais como o valor da vida humana, direitos, propriedade, punição e culpa, verdade e contrato, direitos civis e justiça social, governo, lei etc.

Questões prováveis que vão estabelecer o raciocínio utilizado pelo indivíduo no dilema aparecem a partir das respostas auto produzidas por esse indivíduo.

As afirmações sobre a moral em sua particularidade abrangem normas que compreendem o conteúdo do raciocínio moral.

Com a pretensão de proporcionar a reflexão sobre as distinções acerca do raciocínio moral, Kohlberg (1972) desenvolveu um quadro com 12 dessas normas que são consideradas de importância para sociólogos na representatividade de reflexão de diferentes normas ou valores centrais em qualquer sistema social e adicionou a essas normas os aspectos por ele referidos como elementos da moralidade.

MÉTODO

Participantes

Foram tomados como participantes deste estudo 83 militares da Marinha do Brasil, mais precisamente da Escola de Guerra Naval, localizada no Estado do Rio de Janeiro, de ambos os sexos, postos, situação econômica, escolaridade (a partir do primeiro grau), faixa etária entre 22 e 56 anos e origem regional variada.

Os participantes foram distribuídos da seguinte forma: 09 Oficiais Superiores, 07 Oficiais Subalternos, 04 Sub-Oficiais, 41 Sargentos, 14 Cabos e 08 Marinheiros.

As idades dos Oficiais variam entre 35 e 56 anos e dos Praças entre 22 e 47 anos.

A coleta de dados foi iniciada em outubro de 2007.

Optou-se pela OM (organização Militar) acima citada, devido a um interesse especial na mudança da moralidade convencional para pós-convencional possível de ser evidenciada a este nível conforme Rest (1973), ao mesmo tempo em que a influência dos diversos agentes socializadores, mesmo estando estes militares na fase adulta, ainda pode se fazer bastante presente. Também a disponibilidade de grande número de amostras regionais variadas concentradas em uma mesma instituição, o conhecimento das autoridades de comando bem

como a empatia latente para com estas que favoreceram a autorização para a realização deste estudo.

Instrumentos

Na realização deste estudo foi utilizada a versão brasileira do sócio-moral Reflection Objective Measure (SROM) de Gibbs et alli (1984) na adaptação de Biaggio (1989), consistindo na aplicação de dois testes de múltipla escolha com 16 itens, envolvendo dois dilemas morais, sendo que o primeiro refere-se ao dilema de um homem chamado João que deve decidir se vai ou não roubar um remédio com um preço exorbitante para salvar a vida de sua esposa que está muito doente.

O segundo dilema é de um menino chamado José que após muito trabalhar para conseguir dinheiro a fim de acampar com os amigos, seu pai pede que dê a ele o dinheiro para poder participar de uma pescaria com os amigos.

Nestes testes, cada possibilidade de respostas corresponde a um nível de julgamento moral de Kohlberg.

A validade e a fidedignidade deste instrumento estão relatadas em Biaggio (1989), na variante áudio-visual de julgamento moral (SROM de Gibbs, adaptado por Barreto, 1989). Esta variante consiste na apresentação do dilema de João e de José juntamente com as figuras, de acordo com a sequência da estória.

Procedimentos

Procedeu-se da seguinte forma:

Uma vez escolhida, *a priori*, a Organização Militar (OM) para a realização da pesquisa, em contato com o Chefe do Departamento Administrativo (CDA) solicitou-se permissão.

A aplicação do Questionário SROM com exposição de dilemas efetuou-se numa sessão de intervalo entre o almoço e o retorno às tarefas militares contando-se com 67 Praças e 16 Oficiais da Escola de Guerra Naval com duração de 50 a 60 minutos, sendo que os oficiais responderam em suas respectivas salas no período de 1 hora. Na aplicação dos instrumentos, tanto os praças quanto os oficiais responderam, após breve comentário sobre o objetivo da mesma.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados foram apresentados da seguinte forma:

Os itens constantes na exposição da tabela 1 e da tabela 2 permitem observar consecutivamente de forma generalizada e simplificada a disposição de amostra após aplicação do Questionário SROM, resumida na tabela 3.

TABELA 1 - Escore de maturidade de Julgamento Moral (SROM) dos vários grupos de militares, por posto, idade e sexo.

Código	Posto	Estágio	Idade	Sexo
1	SG	3,93	41	M
2	CB	4,13	23	M
3	SG	3,4	36	M
4	CB	3,81	23	M
5	Of Sup	2,86	54	M
6	SG	3,71	31	M
7	MN	4	23	M
8	CB	3,4	39	M
9	SG	3,93	38	M
10	SG	3,62	41	F
11	SG	3,93	40	M
12	Of Sub	3,6	45	M
13	SG	3,56	43	F
14	CB	2,75	24	M
15	SG	3,5	42	F
16	Of Sup	2,66	47	M
17	SO	3,8	44	M
18	CB	3,9	29	M
19	SG	3,6	37	F
20	SG	3,4	36	M
21	CB	3,33	37	M
22	SG	3,5	38	M
23	SG	3,8	45	F
24	CB	4,13	31	F
25	Of Sup	2,26	49	F
26	SG	4,2	41	M
27	MN	4,29	22	M
28	SG	3,46	39	M
29	CB	3,16	30	M
30	SG	3,8	28	F
31	CB	2,68	40	M
32	Of Sub	3,07	47	M
33	Of Sup	2,81	56	M
34	SG	4,2	45	M
35	SG	3,93	43	M
36	SG	4,14	45	F
37	SG	3,18	44	M
38	CB	2,18	39	M
39	Of Sub	2,93	43	M
42	SG	4,25	45	F
43	MN	4	22	M
44	Of Sup	3,8	52	M
45	Of Sup	3,68	49	M
46	SG	4,5	38	M
47	SG	4	46	M
48	SG	2,6	29	M
49	SG	3,73	43	M
50	SO	3,93	44	M
51	CB	3,62	29	M
52	SG	3,73	35	M
53	SG	3	33	M
54	CB	4,06	41	M
55	SG	3,93	37	M
56	SG	3,8	40	M
57	SG	4,31	42	M
58	SG	3,92	39	M
59	CB	2,07	27	M
60	SG	4,06	37	M
61	Of Sub	3,4	39	M
62	SG	4	36	M
63	SO	2,87	45	M
64	SG	3,93	27	M
65	Of Sub	3,6	39	M
66	SG	3,7	36	M
67	SG	3,2	33	M
68	Of Sub	2,79	42	M
69	SG	3,26	35	M
70	Of Sup	3,13	55	M
71	SG	3,81	34	M
72	SO	3,64	45	M
73	MN	3,73	21	M
74	MN	4,31	23	M
75	Of Sup	2,5	56	M
76	MN	3,81	22	M
77	MN	3,06	22	M
78	SG	3,5	42	M
79	SG	4	29	F
80	MN	3,66	22	M

40	SG	4,12	43	M
41	SG	3,2	32	M

81	Of Sup	4	53	M
82	CB	3,4	23	M
83	Of Sup	3,56	48	M

TABELA 2 - Distribuição simplificada dos escores de maturidade de Julgamento Moral (SROM) dos vários grupos de militares por posto.

MN	CB	SG	SO	OF Sub	OF Sup
4	3,93	3,93	4,25	3,6	3,4
4,29	3,81	3,4	3,93	3,62	4,14
3,73	3,5	3,71	2,87	2,68	2,26
4,31	2,75	3,93	2,68	3,4	3,2
3,81	3,6	3,62		3,73	3,8
3,06	3,6	3,93		4	3,56
3,66	4,2	2,86		3,92	3,56
4	4,12	3,5			4
	3,8	3,6			4
	4,31	3,4			
	3,5	2,66			
	4	3,8			
	2,07	4,2			
	3,4	3,46			
		3,8			
		3,9			
		3,93			
		4,14			
		3,18			
		3,33			

MN	CB	SG	SO	OF Sub	OF Sup
		3,2			
		4,13			
		4,5			
		4			
		2,6			
		3,73			
		2,18			
		3			
		2,93			
		3,8			
		4,31			
		3,68			
		4,06			
		4			
		3,03			
		3,7			
		2,79			
		3,26			
		3,13			
		3,64			
		2,5			

TABELA 3 - Sumário da Análise de Variância dos escores dos militares.

Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	desv.padr	M + dp
Coluna 1	8	30,86	3,8575	0,16085	0,401061093	4,25856109
Coluna 2	14	50,59	3,613571	0,354486264	0,59538749	4,20895892
Coluna 3	42	150,96	3,594286	0,157029965	0,396270066	3,99055578
Coluna 4	4	13,73	3,4325	0,599491667	0,774268472	4,20676847
Coluna 5	7	24,95	3,564286	0,192861905	0,439160454	4,00344617
Coluna 6	9	31,92	3,546667	0,3281	0,57280014	4,11946681

TABELA 4 - Análise descritiva da Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação no SROM.

Parâmetros	MN	CB	SG	SO	OFSUB	OFSUP
Média	3,86	3,61	3,59	3,43	3,56	3,55
Desvio padrão	0,40	0,60	0,40	0,77	0,44	0,57
Cof.de Variação	10,40%	16,48%	11,03%	22,56%	12,32%	16,15%

* A Análise Descritiva (Tabela 4), assim como a fonte de variação (Tabela 5) aponta para uma variável não significativa.

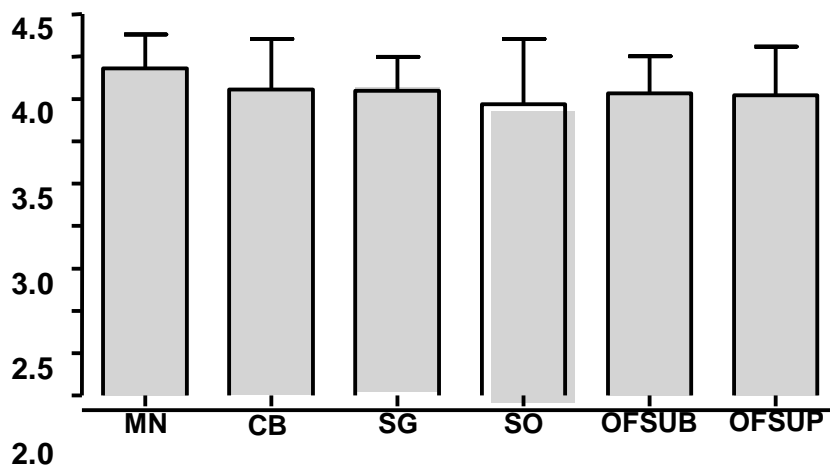
TABELA 5 – Análise de variância dos escores dos militares de diferentes postos

Fonte da variação	<i>SQ</i>	<i>gl</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>valor-P</i>	<i>F crítico</i>
Entre grupos	0,6767238	5	0,13534	0,594656	0,70407	2,3317385
Dentro dos grupos	17,752946	78	0,2276			
Total	18,42967	83				

Em relação à análise da Variância (tabela 5), temos que: para $\alpha = 5\%$, o teste se mostrou não significativo para ($P > 0,05$). A partir desta exposição, conclui-se que: quando F (calculado) é maior que F (tabelado) caracteriza-se que o teste é significativo ($P < 0,05$), caso contrário, o teste é não significativo ($P > 0,05$).

Uma vez que a presente pesquisa partiu do pressuposto de que na Marinha do Brasil, mais especificamente na Escola de Guerra Naval (EGN), o indivíduo no cargo de chefia transgredia as regras de hierarquia quando no exercício sua função, ao iniciar-se a discussão dos resultados obtidos, cabe especificar o nível de julgamento moral entre militares.

Comparando o nível de maturidade de julgamento moral entre os militares da Marinha do Brasil e aplicando o Questionário de Reflexão Social (SROM) como instrumento de medida maturacional temos:

GRÁFICO 1 - Distribuição dos Militares Tipificados em Estágio por Posto – Média de Maturidade do SROM.

Marinheiros

Apresenta a mais alta média de Maturidade Moral, com desvio padrão pequeno ($3,8 \pm 0,40$). O macro-sistema citado por Bronfrenbrenner (1979), em relação à reciprocidade no julgamento moral é representado aqui pela resultante da interação entre militares, bem como os aspectos da justiça retributiva (ou idéia de prêmio) pelos atos praticados. Para Piaget (1977), a justiça distributiva que se relaciona com as regras de respeito à autoridade e partir da aquisição positiva dos conceitos relacionados à distribuição dos direitos e deveres regulados, são caracterizados nos seus postulados na medida em que cada indivíduo é analisado em relação à situação particular de cada um e os direitos iguais, ao invés de buscar a igualdade na identidade. Assim como Piaget, Kohlberg considera que a distribuição de direitos e deveres regulados por conceitos de igualdade e reciprocidade é a essência da moralidade como princípio de justiça.

Cabos

Seguindo a linha de ascensão de posto e já tendo se estabilizado em relação à visão filosófica da instituição, representa o segundo lugar em termos de média de maturidade moral ($3,6 \pm 0,60$). A valorização dos aspectos emocionais ou aprendizado por associação resultando na forma de ação em relação ao sistema que ora frequenta, conforme Piaget (1977) e Kohlberg (1981) reforçado através do cognitivismo acerca das regras, leis e princípios de ordem superior conforme apontados por Arbutnot e Faust (1981, p.26/27) são os preceitos que sugerem a resposta dos militares neste posto.

Sargentos

Ocupa o terceiro lugar na escala de avaliação de média maturacional ($3,6 \pm 0,40$), possivelmente devido à estabilidade tanto institucional quanto à estabilidade de permanência dos conceitos de liderança ensinados pela instituição. Não difere em demasia do posto anterior e seus preceitos sugerem respostas inerentes.

Sub-Oficiais

Possuem os mesmos conceitos relacionados aos aperfeiçoados após a passagem por todos os postos anteriores. No entanto, representam o sexto lugar com média de maturidade

moral inferior aos demais postos ($3,4 \pm 0,77$), possivelmente devido ao alcance de seu posto. Apresentam em relação ao sistema e a si próprios os direitos e deveres regulados por conceitos de igualdade e reciprocidade que são essência da moralidade, conforme Kohlberg (1981) e se preocupam com a consequência dos seus atos como os demais.

Oficiais Subalternos

Responsáveis pelo cumprimento das rotinas da instituição ocupam o quinto lugar na média de maturidade moral ($3,5 \pm 0,44$). Cabem a este posto as responsabilidades das conclusões das tarefas no cumprimento das rotinas citadas.

Oficiais Superiores

Representam o quarto lugar na média de Maturidade Moral ($3,5 \pm 0,57$). Neste posto predominam o conhecimento de todos os postos hierárquicos anteriores, rotinas e filosofia aprofundada da instituição.

Este trabalho, conforme já foi mencionado, reportou-se à avaliação da maturidade moral dos Oficiais e Praças da Marinha do Brasil, mais precisamente na Escola de Guerra Naval – EGN.

A interpretação dos resultados pertinentes a esta pesquisa confronta-se com pelo menos três principais séries de limitações, a saber:

a) O questionário SROM deveria ser aplicado a todos os componentes da amostra acomodados em um só ambiente e não diferenciados conforme a situação possibilitou, pois não foi possível verificar as variáveis quando os oficiais realizaram tal tarefa;

b) A distribuição dos 83 participantes deveria ser homogênea e não discrepante como o caso de 41 sargentos, que é o posto com maior número de indivíduos em relação aos demais postos, conforme a situação possibilitou. (vide tabela 2);

c) A rotatividade de Oficiais e Praças entre as Organizações Militares (OM) compromete os resultados permanentes pertinentes ao questionário SROM nos quesitos média e desvio padrão devido à variação de valores que são de caráter individual.

A resposta da investigação quanto ao nível de julgamento moral desses militares oscilam entre os estágios 3 e 4, portanto, convencional. Tendo como predominância o primeiro desses dois, não houve diferença significativa no nível de maturidade moral em relação aos postos. Esta resultante desmistifica a idéia de que todos os que ocupam cargos de chefia (cargos de poder) necessariamente ostentam o mais alto nível de julgamento moral e conduz a interpretação aos conceitos relacionados à conformidade das expectativas e das

relações interpessoais de Kohlberg (1981), que descreve o que é certo nas relações interpessoais como uma boa pessoa para si e para os outros, em circunstâncias de um bom desempenho social com aceitação do que é esperado pelos demais indivíduos que concorrem na sua interação. Onde o conceito de justiça está preso à concepção de uma “boa” relação interpessoal e a crença na Regra de Ouro — faça ao outro o que gostaria que fosse feito a ti — que sugere a capacidade de assumir determinado papel no lugar do outro e considera a reciprocidade como ideal, onde o sujeito pode se imaginar assumindo papéis diferentes dos seus, orientados um para o outro. O desejo de “ser bom menino” sugere a manutenção das regras e da autoridade e a assunção do papel do outro se origina da identificação por laços afetivos de bom comportamento.

No entanto, considerando que o estímulo para que o indivíduo concorra para o seguimento da Regra de Ouro, que no caso do militarismo são as oportunidades de promoções, torna-se imprescindível a conotação acerca do raciocínio moral na promoção do desenvolvimento moral. O fato desse desenvolvimento promover condições de assumir a perspectiva de outro indivíduo (*role taking*) ou a vivência desse indivíduo na experiência de conflitos sócio-morais na infância, pode ser interpretado por forma de justiça ou acima do próprio nível infantil (adolescência ou adulta), promovendo o ambiente social e a estimulação da natureza social.

Por ser a Escola de Guerra Naval – EGN uma instituição de altos estudos militares, esperava-se que os oficiais da área administrativa, principalmente os superiores, que são, em sua maioria, oriundos da Escola Militar (Escola Naval – EN) estivessem em uma escala de Maturidade Moral superior em relação aos Praças. De acordo com os estágios de Kohlberg (1972), o escore após aplicação do SROM apontou médias (entre 3,5 e 3,8) que sugerem um nível de maturidade moral pertinente ao primeiro estágio do nível convencional — cooperação genuína — onde há, pelo indivíduo, o conhecimento das regras e a preocupação em discuti-las em detalhes e também codificá-las. No entanto, sabendo que os estágios verdadeiros ou dominantes aparecem um por vez, como relata Kohlberg (1972), e seguem uma ordem constante e latente por longos anos até o surgimento de um novo tipo de raciocínio moral que denotará um estágio mais avançado, é possível que haja futuramente a necessidade de uma nova avaliação.

Este estudo destaca o julgamento moral como conteúdo mnêmico dos valores positivos ou negativos internalizados pelas pessoas reincidindo na interação social quando no cargo de chefia. Mais acentuado aqui, na avaliação do nível e do julgamento moral em militares da Marinha do Brasil ao longo de sua carreira.

Cabe aqui esclarecer que a Psicologia Organizacional, inicialmente denominada como Psicologia Industrial, estuda os fenômenos psicológicos presentes nas organizações. Atua, mais especificamente, sobre os problemas organizacionais ligados à gestão de **recursos humanos** (ou **gestão de pessoas**). Neste campo, vem sendo desenvolvida uma nova Psicologia Social e Institucional com uma posição mais crítica em relação à realidade social e à contribuição da ciência para a transformação da sociedade, buscando a superação de limitações, ao passo que a Psicologia Social é, em sua categoria fundamental, a ciência que procura compreender as atitudes concernentes ao comportamento em si e à interação social, à interdependência entre os indivíduos e ao encontro social. Seu campo de ação é, portanto, o comportamento analisado em todos os contextos do processo de influência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, embora este estudo tenha tido como amostra os militares da Marinha do Brasil e denotado também um cunho organizacional ao invés de estritamente social, cabe ressaltar que tal tarefa sucedeu-se na instituição militar devido à disponibilidade e variedades regional de amostra em um mesmo lugar e conhecimento empático com as autoridades, mas que poderia ser realizado em empresas de médio ou grande porte. O que não impede, ainda, de salientar a importância de proporcionar experiências, sejam positivas ou negativas, acerca da justiça e da participação, que são os fatores básicos para um aperfeiçoamento do raciocínio moral e da boa convivência social.

Considerando que cada Instituição tem a sua filosofia funcional e esta pesquisa foi feita em apenas uma, tendo sido encerrados os recursos por material de enriquecimento e por tempo de entrega da tarefa concluída, não se acredita que foi explorado todo o conteúdo de forma suficiente a fornecer subsídios para que este trabalho esteja completo. Portanto, fica em aberto caminho para que outros pesquisadores do assunto possam dar continuidade.

REFERÊNCIAS

- ARBUTHNOT, J. & FAUST, D. *Teaching Moral Reasoning: Theory and Practice*. New York: Harper & Row, 1981.
- BANDURA, A. *Social learning*. New Jersey: Prentice-Hall, 1977.
- BANDURA, A. & McDONALD, F. Influence of Social Reinforcement and the behavior of Model in Shaping Children's Moral Judgment. *Journal of abnormal and Social Psychology*, 1967.
- BANDURA, A. & McDONALD. *A modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.
- BANDURA, A. & McDONALD. Maternal and Peer Correlates of Moral Judgment of Braziliam Boys. *The Journal of Genetics Psychology*, 1979, 135, 203 – 208.
- BARRETO, M. S. L. *Validação de uma variante audio-visual de uma medida objetiva de julgamento moral*. Porto Alegre, Curso de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRGS. Trabalho apresentado no Congresso Interamericano de Psicologia, Buenos Aires, 1989.
- BARRETO, M. S. L. *Adaptação brasileira da medida objetiva de reflexão sócio-moral*. Trabalho apresentado no XXII Congresso Internacional de Psicologia, Buenos Aires, 1989.
- BRONFREMBRENNER, U. *The ecology of Human Development: experiments by nature and designa*. Cambridge: Harvard University, 1979.
- BURTON, R. Honesty na dishonesty. In: T. Licknoa (Ed.). *Moral developement em behavior* (p. 173-197). New York: Holt, Rinehart and Winton, 1976.
- COLBY, A. & Kohlberg, L. Invariant sequence and internal consistency in moral judgments stages. In: W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Orgs.). *Morality, moral behavior, and moral development* (p. 41-51). New York: A Wiley-Interscience, 1984.
- GIBBS, J. C. et al. Construction and validation of a multiple measure of moral reasoning. *Child Development*, 55, 527-536.1984.

KOHLBERG, L. *Manual for issue-scoring the Moral Judgment Stories*. Manuscrito. Harvard University, 1972.

_____. *Essays on moral development: Vol. 1. The Philosophy of moral development*. New York: Harper and Harper, 1981.

PIAGET, J. *Études sociologiques*. Genève: Droz, 1965a.

_____. *Le jugement Moral chez l'enfant*. Paris: Librairie Z. Alcan, 1932.

_____. *The Moral Judgment of the Child*. New York: Penguin Books, 1977.

REST, J. R. The Hierarchical Nature of Moral Judgment: a Study of Patterns of Comprehension and preference of Moral Stages. *Journal of Personality*. 41 (1), 86-109, 1973.

SKINNER, B. F. *Beyond freedom and dignity*. New York: Penguin Books, 1971.

TURIEL, E. *The development of social: Morality and convention*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.